

Discutir, esclarecer e mobilizar

12-Jul-2013

ENTRE 14 E 24 DE JULHO, ACÃES EM TODO O PAÃS

A ComissÃ£o Executiva Nacional do STAL reunida em 12 de Julho, procedeu Ã avaliaÃ§Ã£o dos resultados de dois anos de governo PSD / CDS, considera que com a insistÃancia na aplicaÃ§Ã£o do Memorando das Troicas, a situaÃ§Ã£o do paÃs com as polÃticas de austeridade Ã© devastadora: desemprego brutal com nÃumeros nunca antes atingidos; recessÃ£o agravada; o aumento exponencial da dÃvida, apesar de todos os sacrifÃcios; aumento dos impostos; corte dos salÃrios e prestaÃ§Ãµes sociais; degradaÃ§Ã£o dos serviÃços pÃblicos, empobrecimento do PaÃs e agravamento da exploraÃ§Ã£o do trabalho.

A situaÃ§Ã£o a que o PaÃs chegou Ã© deplorÃvel, situaÃ§Ã£o que o Presidente da RepÃblica quer prolongar. Temos um paÃs dependente, submisso, destruÃdo, profundamente desigual, com uma dÃvida impagÃvel. A vida dos portugueses estÃ feita num inferno, pelos modelos pseudo-cientÃficos, construÃdos para empobrecer e explorar infinitamente os trabalhadores, o povo e o PaÃs.

Ã o prosseguimento e aprofundamento deste caminho que o Presidente da RepÃblica quer garantir, Ã custa do total desrespeito pelo regular funcionamento das instituiÃÃes, adicionando ao apodrecimento natural do Governo uma profunda degradaÃ§Ã£o do regime democrÃtico. Um Presidente da RepÃblica que quer perpetuar o massacre dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da populaÃ£o.

As tendÃncias de esmagar a democracia sÃo preocupantes, em confronto permanente com a liberdade de expressÃo, o Estado de Direito e a ConstituiÃÃo da RepÃblica. Uma maioria que pretende a cada novo passo suspender a democracia conquistada em Abril. Um PaÃs onde o Governo nÃo apresenta soluÃÃes e que a cada dia que passa acrescenta novos e mais graves problemas, que aprofundam o desastre e nÃo perspectivam qualquer saÃda digna e democrÃtica para a degradaÃ§Ã£o que hoje vivemos que nÃo seja a demissÃo urgente do Governo e dar a voz ao povo, ou seja, a convocaÃÃo de eleiÃÃes.

O Governo, sabendo que estÃ profundamente fragilizado, estÃ a tentar desesperadamente, nas prÃximas semanas, aproveitando o perÃodo de fÃrias, avanÃsar com a aprovaÃÃo de novas medidas de ataque aos direitos dos trabalhadores da AdministraÃÃo Local e da prÃpria autonomia do Poder Local DemocrÃtico que, nÃo resolvendo nenhum problema de fundo sobre a dÃvida pÃblica, carece de legitimidade e credibilidade polÃtica, que o governo perdeu, para legislar sobre qualquer matÃria que represente a destruiÃÃo de direitos econÃmicos, sociais ou laborais.

Persistem os esforÃos legislativos inconstitucionais de retirar competÃncias Ã s autarquias e por essa via, eliminar barreiras que garantem o controle pÃblico de importantes Ãreas da administraÃÃo local, como sejam a Ãgua, o saneamento e a valorizaÃÃo de resÃduos.

Ã€ AdministraÃ§Ã£o PÃºblica e, muito particularmente aos trabalhadores da AdministraÃ§Ã£o Local, os que auferem salÃ¡rios mais reduzidos no Ã¢mbito das funÃ§Ãµes pÃºblicas, o governo estÃ¡ obcecado em, durante este VerÃ£o, aumentar a jornada de trabalho para as 40 horas semanais (como mÃ¡ximo), o que acumulando neste ano Ã reduÃ§Ã£o do nÃºmero de dias de fÃ©rias de 25 para 22, Ã eliminaÃ§Ã£o da majoraÃ§Ã£o da idade e dos anos de serviÃço e ao roubo de 4 feriados, se traduz na obrigaÃ§Ã£o de prestar trabalho gratuito de mais 41 dias durante o ano e numa reduÃ§Ã£o do valor de trabalho superior a 17%.

Novos e mais gravosos diplomas se encontram em discussÃ£o, como seja a eufemisticamente designada "RequalificaÃ§Ã£o" que mais nÃ£o Ã© do que o despedimento forÃ§ado e sem justa causa de muitos milhares de trabalhadores da administraÃ§Ã£o local, numa ofensiva sem precedentes nos anais da democracia e que elimina brutalmente direitos civilizacionais e de progresso social e familiar duramente conquistados ao longo dos anos.

A luta tem-se multiplicado e assume expressÃ£o nacional, em acÃ§Ãµes de protesto, manifestaÃ§Ãµes e greves, como foi a poderosa Greve Geral de 27 de Junho, a ConcentraÃ§Ã£o em BelÃ©m de 6 de Julho ou o PlenÃ¡rio e o Protesto de 11 de Julho em S. Bento, que nÃ£o sÃ³ rejeitaram a continuidade desta polÃtica desastrosa, como exigiram que seja encontrado um novo caminho para o PaÃs.

NÃ£o faz assim qualquer sentido neste momento o Governo estar sentado Ã mesa com os Sindicatos a discutir propostas que representam a maior revisÃ£o da legislaÃ§Ã£o laboral na AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, com aspectos profundamente negativos, quando hÃ¡ ministros que continuando em funÃ§Ãµes, jÃ se demitiram, e nÃ£o se conhece a evoluÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o polÃtica a curto prazo.

Ou o Presidente da RepÃºblica assume as suas responsabilidades e dissolve a Assembleia da RepÃºblica, convocando eleiÃ§Ãµes antecipadas, ou o STAL nÃ£o desistirÃ¡ de continuar a luta pela queda do Governo jÃ que nÃ£o lhe reconhece legitimidade.

Com o objectivo de discutir, esclarecer e mobilizar os trabalhadores do sector para a luta que Ã© necessÃ¡rio travar em defesa dos serviÃços pÃºblicos, da manutenÃ§Ã£o dos postos de trabalho, dos salÃ¡rios, dos direitos e de uma vida digna, o STAL irÃ¡ desenvolver, entre 14 e 24 de Julho, um conjunto de acÃ§Ãµes de contacto e plenÃ¡rios em todos os locais de trabalho da AdministraÃ§Ã£o Local e desde jÃ convida os trabalhadores para que no dia 24 de Julho assegurem uma forte presenÃça nas galerias do Parlamento e se concentrem em SÃ£o Bento.

Uma sÃ³ soluÃ§Ã£o, DEMISSÃfO!

Ã

Ver ResoluÃ§Ã£o aprovada